

PRINCÍPIOS BÁSICOS DE ÉTICA

Henrique Breviglieri

RESUMO: O presente trabalho coloca em tela alguns dos diversos sistemas teórico-filosóficos que tratam do tema “ética”. A ética é uma disciplina que aplica o método filosófico ao estudo dos diversos pressupostos e atitudes que precedem o comportamento social dos indivíduos. A esse conjunto de valores, princípios, normas, proibições e permissões formados socialmente e internalizados pelo sujeito, que orientam sua conduta, é dado o nome de “moral” – objeto de estudo da ética, por excelência. Como principais objetivos desse trabalho estão: a elucidação dos conceitos de ética e moral, bem como suas respectivas distinções e apropriadas aplicações; o resumo das principais filosofias morais forjadas por grandes expoentes da história da filosofia; o apontamento das mudanças em relação às finalidades das filosofias morais descritas; a demonstração da importância dos grandes autores da filosofia e de seus constructos teóricos no concernente à influência que ressoa sob o comportamento dos indivíduos em suas vidas cotidianas e em suas tomadas de decisões perante as exigências de deliberação e ação. Como método para o alcance dos objetivos ressaltados fora utilizada uma revisão bibliográfica a respeito do tema, realizada pela leitura e interpretação de fontes primárias e secundárias, procurando sempre associar os diversos conceitos, juízos e raciocínios analisados. O empreendimento para a concretização desse trabalho deu-se pela vontade do autor de sistematizar as diversas doutrinas filosóficas que tiveram a ética como seu objeto de estudo, almejando, ao final, esclarecer os caminhos histórico-filosóficos que esse objeto trilhou até os tempos hodiernos. Após a sua conclusão, o autor conseguiu vislumbrar o alcance dessa nobre disciplina bem como a ampla variedade de suas concepções e juízos e sua influência sob o comportamento humano. A ação (prática) humana nunca é desprendida de uma deliberação (teoria) e somente com a compreensão desses julgamentos a respeito da melhor maneira de agir perante as diversas situações que se apresentam diante do indivíduo é possível compreender, de modo rigoroso, a sua conduta.

Palavras-Chave: Filosofia; Ética; Moral; História.

1. Introdução

Todos os indivíduos possuem princípios, valores e normas internalizadas que regem as suas ações frente a diversas situações. Chamamos de moral esse conjunto de atitudes internalizadas que subjaz o comportamento dos indivíduos. A ética é uma disciplina que aplica o método crítico e reflexivo, próprio da filosofia, ao estudo da moral.

É importante ressaltar que a moral não é constante para todos os sujeitos e todas as culturas, as normas e valores estão em constante transformação no tempo e no espaço. Desse modo, aquilo que parece “correto” para uma sociedade, não é da mesma maneira para outra, e assim se procede

para todos os outros conceitos fundamentais na investigação ética: “bom e ruim”, “bem e mal”, “justo e injusto”. A moral é, antes de tudo, construção social que orienta a conduta dos indivíduos através de princípios, regras, valores, proibições, permissões. É um conjunto de conteúdos (teóricos) que precedem a ação (prática) (ACHA; PIVA, 2013).

Apesar de os indivíduos internalizarem os valores, princípios e normas da cultura dos grupos e instituições sociais aos quais pertencem, a moral também é variável no nível intersubjetivo, mesmo em uma mesma cultura. Dessa maneira, dois indivíduos criados em uma mesma família, por exemplo, podem ter princípios e condutas completamente discrepantes.

Finalmente, Donzelli (2016) ajuda-nos com uma distinção conceitual importante no que concerne às noções de “ética” e “moral”. A moral é generalista, prescrevendo códigos de conduta rígidos, gerais, inflexíveis e intransponíveis aos indivíduos, não avaliando o contexto ou as circunstâncias que exigem a ação do sujeito. A ética, por sua vez, avalia as situações singularmente, não generalizando normas e valores a todos os contextos, mas indicando a reflexão crítica para o melhor modo de agir perante cada tomada de decisão imposta ao sujeito. O psicólogo contemporâneo Lawrence Kohlberg (apud CHAUÍ, 2012) aponta exemplos de “Dilemas” que nos levam a questionar as generalizações morais. Roubar parece ser proibido e repugnado veementemente em nossa cultura, por exemplo, mas roubar um medicamento de uma farmácia para salvar a vida do seu filho pode nos parecer louvável e digno de elogio. Destarte, no âmbito moral, o ato de roubar estaria fora de cogitação em qualquer contexto, mas na reflexão ética, como foi demonstrado, as circunstâncias singulares podem modificar essa prescrição.

Não é meu objetivo estudar, através desse texto, todos os códigos morais que perpassaram as diversas sociedades e civilizações humanas ao longo do tempo, mas sim, apontar alguns conceitos e juízos norteadores da filosofia ética de alguns autores que se dedicaram a essa matéria.

2. Percorrendo a História da Ética

2.1 Mitologia grega

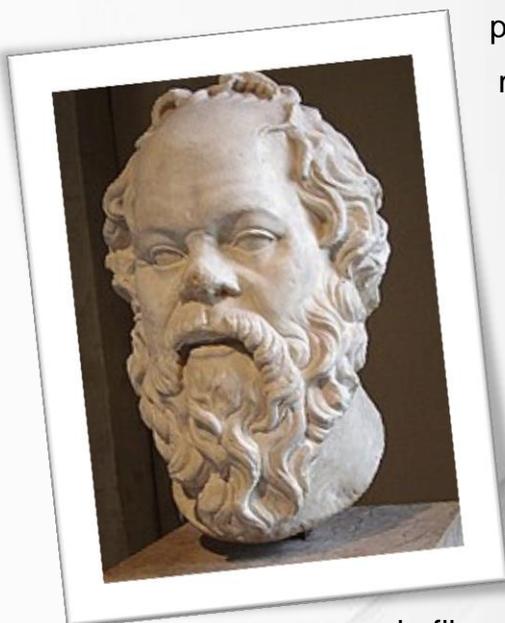
Na concepção ética mitológica grega, haveria sempre “o lugar do homem no Universo”, portanto, o indivíduo não possuiria liberdade para

deliberar sobre seus atos e criar o seu destino, devendo estar adequado em seu lugar no “Cosmos” – totalidade universal organizada, coerente e harmoniosa. Dessa maneira, o sujeito deveria estar adequado ao seu lugar natural. O ser humano, como todo ser, possuiria uma função determinada que contribuiria para a continuação do funcionamento correto do todo.

2.2. Pré-socráticos

Entre os Pré-Socráticos, não havia uma concepção ética determinada por ainda não haver um estudo antropológico aprofundado. As suas investigações se direcionavam à natureza (physis) e ao cosmos, por isso, podem ser denominados como “físicos”, “cosmólogos” ou “naturalistas”. A Filosofia toma caráter antropológico a partir da práxis ativa dos cidadãos na democracia ateniense, com a ação pedagógica dos sofistas nos ensinamentos de “artes” pertinentes à atividade política, como a retórica, a oratória e a dialética. A vida e obra de Sócrates consolidam o Homem e suas manifestações como principal objeto de investigação.

2.3 Sócrates

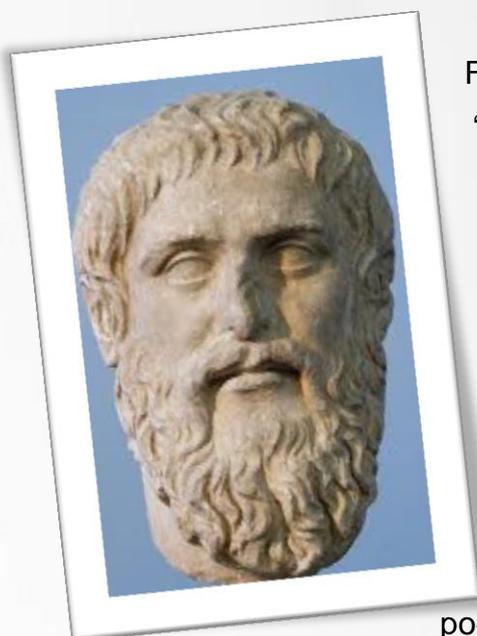


Sócrates considerava-se um “parteiro das ideias”. Assim como uma parteira tem a função de dar à luz a uma criança, mas ela própria não tem filhos, Sócrates também abdicava da construção de uma doutrina ou sistema de ideias a respeito de qualquer tema – incluindo a Ética – incentivando, através de seu método dialógico, os interlocutores a formarem seus próprios conceitos, juízos e raciocínios (PLATÃO, 2007). A investigação sobre o bem e o mal, o justo e o injusto, o bom e o ruim, juntamente com as principais virtudes e os mais maléficos vícios, era o cerne da filosofia socrática. Como principais virtudes, Sócrates elegeu a sabedoria, a coragem, a temperança e a justiça. Os vícios estariam em seus contrários – ignorância, covardia, desmesura e injustiça. Sócrates

identificou o conhecimento com a virtude e a ignorância com o vício de maneira que, se o indivíduo age mal, age dessa maneira por falta de conhecimento do Bem.

Ademais, Sócrates também vislumbrou a necessidade de estabelecer as virtudes verdadeiras (universais e não-convencionadas) e distingui-las das virtudes aparentes (convencionadas e particulares), pois as virtudes existem como ideais ou formas puras, verdadeiras, essenciais, universais e imutáveis (ACHA; PIVA, 2013).

2.4 Platão



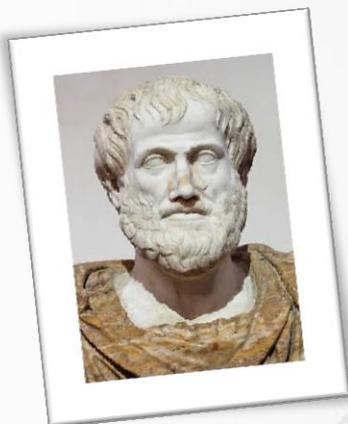
Através da “Teoria das Ideias ou Formas”, Platão considerou dois mundos distintos: “Mundo Sensível” e “Mundo Inteligível”. O Mundo Sensível era concebido como o mundo físico, da matéria e dos dados sensíveis, imperfeitos, mutáveis e finitos. De maneira distinta, o Mundo Inteligível era o universo ideal, das ideias e formas inteligíveis e suprassensíveis que, por assim serem, eram perfeitas, essenciais, imutáveis e eternas. As virtudes essenciais estariam localizadas no Mundo Inteligível, podendo ser alcançadas mediante o uso pleno da Razão e através do método dialético.

Em sua principal obra, “A República” (2008), Platão configura mentalmente o Estado Ideal à procura de uma resposta para a indagação “o que é Justiça?”. O Estado justo pensado por Platão seria formado por três estratos em ordem hierárquica de poder: 1) Classe dos Magistrados ou Governantes, que teriam como principal virtude a sabedoria; 2) Classe dos Guerreiros ou Guardiões, possuidores da coragem como virtude sobressalente; 3) Classe dos Trabalhadores (artífices, lavradores, comerciantes, sapateiros etc), que teria como principal virtude a moderação. O Estado justo seria aquele em que, com cada cidadão desempenhando uma função adequada à sua natureza, a classe dos magistrados, com o auxílio dos guerreiros, governaria sob os trabalhadores das classes mais baixos. A injustiça estaria na inversão

ou desvirtuação dessa hierarquia ou pela não-execução por parte do indivíduo de sua função na divisão social do trabalho adequado às suas aptidões inatas. Em analogia ao estado ideal, a alma humana também seria dividida em três partes com a seguinte ordem hierárquica de dominação: 1) Alma Racional – assim como a Classe dos Magistrados no Estado, é responsável pela inteligência, pela governância e pela deliberação na alma humana. Também de maneira idêntica à Classe dos Magistrados, sua principal virtude é sabedoria; 2) Alma Irascível – análoga à Classe dos Guerreiros, é responsável pela defesa da alma humana. Como os guerreiros no Estado, é detentora da coragem na alma; 3) Alma Concupiscente – correspondendo à Classe dos Trabalhadores no Estado Ideal, é a fonte de todos os desejos na alma humana. Sua principal virtude, como era para os trabalhadores, é a temperança/moderação. Da mesma maneira em que um estado justo seria definido pela manutenção da hierarquia de dominação entre classes e o estado injusto por sua corrupção, o homem justo também deveria possuir mantida a relação hierárquica das partes descritas de sua alma, possuindo cada uma das virtudes correspondentes a essas partes.

A ética platônica visa, como fim último, a felicidade. No seu cerne está a “Ideia de Bem” ou o “Sumo Bem”, ou seja, a forma perfeita, essencial, eterna e imutável do Bem, que deveria ser alcançada no Mundo das Ideias mediante o uso da razão e da dialética (PLATÃO, 2008).

2.5 Aristóteles



Aristóteles discorda do Idealismo ou “Mundo das Ideias” de seu mestre Platão. Para o estagirita, tudo na natureza tem uma finalidade que contribui para o funcionamento do Cosmos, e o Homem também tem seu papel dentro da natureza, o que legitima o poder, a dominação e a desigualdade de funções. Assim como em Platão, Aristóteles considera o fim último da ação humana a felicidade. O fim de toda a trajetória do sujeito estaria no alcance do estado de felicidade supremo (Eudaimonia). A noção de “Bem”, na Ética Aristotélica, identifica-se com a felicidade. Dessa maneira,

podemos considerar como principais aspectos da ética aristotélica o finalismo e o eudaimonismo (ARISTÓTELES, 2014).

De acordo com Aristóteles, a virtude está sempre localizada no meio entre os extremos, ela é o “meio-termo” entre a falta e o excesso. Sendo assim, entre os extremos de dois vícios estaria o “justo-meio” ou a “justa-medida”. A justiça seria a única virtude que não teria excessos e limites, podendo ser aplicada da forma mais efetiva possível. Sobre esse tema, Aristóteles argumenta que para que uma sociedade seja justa, é necessária a distribuição dos “Bens Partilháveis” (o que se pode distribuir, como os recursos financeiros) “desigualmente aos desiguais”, para assim, torna-los iguais em recursos. Além do mais, Aristóteles distingue a Justiça em dois tipos: “distributiva” e “comutativa”. A primeira corresponde à distribuição de bens de acordo com os ditames da proporcionalidade. A segunda corrige os erros da primeira, dita normas do Direito e pune os infratores (ACHA; PIVO, 2013)

Aristóteles acreditava que os bens devem variar de acordo com os seres, ou seja, para cada ser há um bem específico. A ética aristotélica dá primazia à vivência racional, com dedicação ao estudo e à contemplação. Para ele, o pensamento é o elemento mais divino do Homem, visto que Deus é considerado como pensamento puro, o que significa que viver de maneira contemplativa imita melhor a atividade divina, mas como isso é impossível para todos os homens, são necessárias outras coisas que o Homem carece, variando conforme o ser.

Por fim, Aristóteles divide as virtudes em “éticas” e “dianoéticas”. As virtudes éticas são adquiridas, caracterizam-se por ações corretas que, realizadas repetidamente, inculcam-se no indivíduo como hábitos. As principais virtudes éticas são a temperança, a coragem e a justiça. As virtudes dianoéticas, por sua vez, são inatas e dependem de uma boa educação para o seu desenvolvimento. As principais virtudes dianoéticas são a prudência e a sabedoria (ARISTÓTELES, 2014).

2.6 Epicurismo

A filosofia ética do Epicurismo possui alguns princípios fundamentais para o alcance da boa vida, como: 1) indiferença perante a morte; 2) não-temor

aos deuses; 3) autossuficiência; 4) resistência interna para suportar os golpes do destino; 5) desfrute dos prazeres simples e moderados; 6) liberdade (KRASTANOV, 2013).

Sobre esse último pilar epicurista, a liberdade, essa noção ética baseia-se na doutrina do “movimento espontâneo” dos átomos formulada pelos epicuristas. Epicuro e seus discípulos aderiram parcialmente ao atomismo dos pré-socráticos Demócrito e Leucipo. Entretanto, diferente dos fundadores da doutrina que afirmavam o movimento passivo dos átomos, os epicuristas apontaram três tipos de movimentos atômicos: pelo peso dos átomos, pelo choque entre eles e o desvio espontâneo. Assim como aos átomos – substâncias primordiais do Universo – era possível desviar-se de suas trajetórias, o ser humano também poderia alterar seu percurso e recriar seu destino (KRASTANOV, 2013).

Considerando a busca dos prazeres moderados e necessários, há uma divisão dos prazeres em: 1) naturais necessários (comer, dormir, beber, estar em boa companhia); 2) naturais desnecessários (comer muito, dormir em demasia); 3) não-naturais desnecessários (busca de glória, busca de títulos, busca de status). A ética epicurista visava a felicidade e a realização humana através desses prazeres simples e naturais possíveis ao homem.

2.7 Estoicismo

A filosofia estóica possuía dois princípios fundamentais: matéria (princípio passivo) e logos (princípio ativo). O logos era um princípio de inteligência e razão universal que regia toda a matéria, o tempo e todos os fenômenos cósmicos. Dessa maneira, para os estóicos, a melhor maneira de agir era aceitar aquilo que foi ordenado pelo logos, pois isso não era passível de mudança, ou seja, aceitar o destino, não criar expectativas e não ser refém das paixões. A melhor forma de agir seria aquela a não se perturbar, não se preocupando com aquilo que não merece atenção e que possa causar desequilíbrio ao espírito, mantendo a resistência e o equilíbrio interno do espírito.

Diferente dos epicuristas, os estóicos eram pautados por um rigorosismo moral bem mais acentuado, considerando a virtude como o único

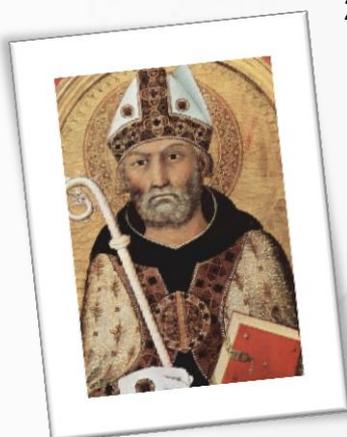
bem e a perversão como o único mal. O determinismo e a conformidade às prescrições do destino (vinculados à doutrina da governância do *logos*), a austeridade e a resignação são os principais aspectos da Ética Estóica (KRASTANOV, 2012; ACHA; PIVO, 2013).

2.8 Cristianismo

A moral cristã privilegiava a liberdade para escolher entre o caminho do bem (Deus) ou do mal, visando todos os seres humanos como irmãos (fraternidade) e iguais. Cristo revolucionou os alicerces morais de seu tempo, sempre dando primazia ao ato de amor e caridade aos outros seres humanos. Viver para conhecer, servir e amar a Deus, sendo diretamente ou em seus “irmãos” era o eixo norteador dos ensinamentos cristãos. A Ética Cristã busca o ideal de uma vida espiritualizada baseada no amor e na fraternidade.

Os imperativos e valores morais do cristianismo retiram do mundo terreno os fins últimos da conduta humana, elevando-os para um mundo sobrenatural, além de exteriorizar do Homem e do fenômeno humano o bem último, redirecionando-o a Deus.

No Período Medieval, sob o feudalismo e o domínio ideológico, cultural e ético da Igreja Católica, as desigualdades explícitas em uma sociedade extremamente estratificada, hierarquizada e vertical, eram solucionadas pelos ideais ascetas da igualdade espiritual em um mundo idealizado (o Paraíso), e pela confiança na justiça suprema de Deus, governador máximo de todo o Universo, onipotente, onipresente e onisciente, razão e bondade soberana que imperaria sobre o mundo (VÁSQUEZ, 1990).



2.9 Santo Agostinho de Hipona

A ética de Agostinho pode ser considerada a “cristianização” da ética platônica, considerando a notória influência da segunda sob a primeira. A ascensão ao Mundo das Ideias através da dialética em Platão transforma-se em elevação ao reino de Deus através da fé em Agostinho. A Ideia ou Forma Pura do Bem na filosofia platônica se identifica com Deus, como Bem

Supremo e último na filosofia agostiniana (VÁSQUEZ, 1990).

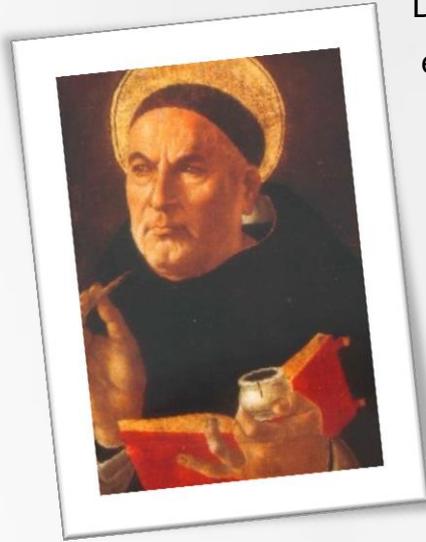
Um dos pontos mais famosos da filosofia agostiniana é “O Problema do Mal”, levantado nas “Confissões” (AGOSTINHO, 2005). O problema de existir o mal em um mundo criado por um ser uno, soberano e bom era admirável para Agostinho. Para encontrar uma resposta satisfatória a esse problema, Agostinho divide a existência do mal em três tipos: 1) Mal Físico – as deformações dos corpos e os acometimentos da matéria; 2) Mal Metafísico – o “Mal” em si, existindo como entidade ontológica; 3) Mal Moral – resultante das ações humanas. Como o Mal Físico é passageiro e finito e o Mal Metafísico não pode existir em si, pois um ser uno, soberano e sumamente bom não poderia ter criado tal, Agostinho considerou a existência somente do Mal Moral, resultante do livre-arbítrio humano, concedido por Deus, para a ação contra a Vontade Divina. As más ações cometidas pelos homens seriam resultados da sobreposição de um bem menor (como o desfrute dos prazeres carnis ofensivos as leis divinas, por exemplo) sob um bem maior (por exemplo, a obediência às leis de Deus). Dessa maneira, o “Mal” não existiria como substância na doutrina agostiniana, mas seria privação do Bem e de Deus, resultado de um desvio de conduta humana.

Agostinho também fez apologia aos ensinamentos cristãos que presumiam as ações direcionadas pelo amor a Deus e ao próximo como mobilizadoras para o fim último de sua moral: o encontro com Deus. Além disso, foi defensor da doutrina da “Graça”, sustentando que havia predestinação divina para determinados seres que haveriam recebido esse dote de seu criador. Essa crença, que assume a importância da predestinação divina na orientação do destino do sujeito, será retomada pela moral protestante calvinista na Idade Moderna, casando bem com os ideais de acúmulo de riquezas da burguesia, pois a prosperidade seria sinal de recebimento da Graça (COTRIM, 2006).

2.10 São Tomás de Aquino

Assim como Agostinho foi explicitamente influenciado pelo platonismo, Tomás embasou sua filosofia sob fundamentos peripatéticos. Considerando o finalismo e a eudaimonia da filosofia aristotélica, a ética tomista considerava Deus como o bem e fim supremo objetivo e a felicidade,

alcançada através de sua contemplação, como o bem e fim supremo subjetivo. O intelectualismo e o racionalismo na ética tomista, como vias de alcance de Deus, marcam, ainda mais, sua aproximação com a ética peripatética.



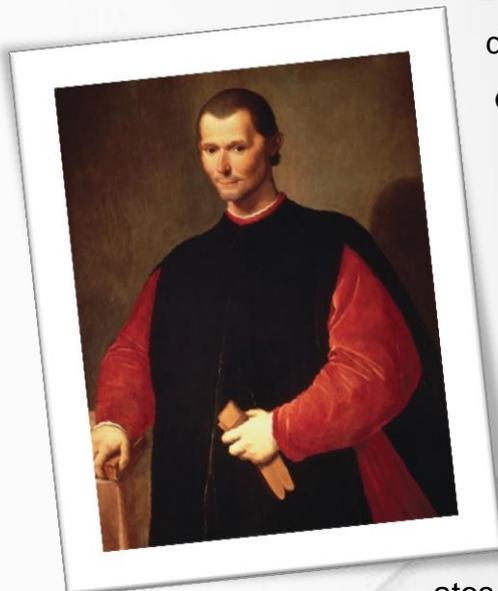
Para Tomás de Aquino, a moral é uma ciência prática que dirige as ações do Homem à felicidade eterna no encontro com o Criador, no entanto, generalidades não são úteis a essa ciência, para Aquino, deve-se levar em conta, acima de tudo, as particularidades de cada situação, evitando determinar as normas ou princípios universais regentes de toda ação

independentes dos sujeitos e dos objetos.

Por fim, a ética tomista afirma que as ações devem estar em concordância com as leis da natureza – derivadas da lei eterna de Deus – que são comuns a todos os povos.

2.11 Maquiavel

A obra mais famosa de Maquiavel é “O Príncipe” (MACHIARELLI, 2012), um livro que indica como um governante deve agir. Essa obra faz uma cisão entre a ética cristã e a ética política. Para a primeira é necessário sempre fazer o bem (de acordo com os valores cristãos), não importando o contexto, pois assim o indivíduo alcançará a salvação da alma. Na visão de Maquiavel, para ser um bom governante é necessário ser mal quando necessário, podendo ser mentiroso, ser cruel, utilizar máscaras, fazer falsas promessas, roubar, matar entre outros atos negados pela moral tradicional cristã. Todos



esses atos negativos seriam justificados quando fossem praticados pelo bem da cidade ou para a manutenção no poder.

Maquiavel faz, definitivamente, a cisão entre a ação virtuosa nas esferas pública e privada. Na vida privada, os valores cristão ainda prevaleciam sob a conduta do indivíduo, entretanto, na vida pública ou política fazia-se necessário que houvesse a corrupção desses valores em prol de fins direcionados à boa gestão pública e ao poder. Essa divisão refletiu na mentalidade de diversos governantes e homens públicos na história e continua ecoando na atualidade.

2.12 Descartes e Moral Provisória



Por achar que a ocupação com a preocupação ética tomaria tempo de sua busca pela verdade e por uma maneira segura de se conhecer, aliado à consideração de Descartes de que na vida prática, de maneira oposta às especulações teóricas, deve-se adotar uma postura resoluta e pouco indagadora, uma vez que a experiência cotidiana exige decisões rápidas, o filósofo francês resolveu assumir uma postura baseada em valores provisórios ao invés de refletir e criar sua própria filosofia moral. Sua postura

prática era baseada em quatro princípios máximos: 1) seguir as normas, leis e costumes de sua nação e seguir a religião em que Deus lhe permitira ser educado desde sua infância; 2) ser o mais firme e resoluto o possível em suas decisões (opondo-se ao campo das ciências teóricas em que a dúvida e a irresolução seriam princípios fundantes), não se arrependendo de suas ações como fazem “os espíritos mais fracos”; 3) procurar vencer seus próprios desejos e paixões, adotando uma postura moderada e conformada (aqui nota-se a nítida influência da filosofia estoica na moral cartesiana); 4) cultivar aquela atividade da qual já vinha cultivando desde a sua infância, ou seja, o exercício da razão e da ciência. (DESCARTES, 2001).

2.13 Spinoza

Spinoza enxerga Deus como a Natureza ou Substância Primeira, e o Homem é uma das “afecções” de Deus, parte de um todo.

O Homem está em constantes relações, tanto com a Natureza quanto com os outros sujeitos, e essas relações geram efeitos recíprocos (A gera efeito em B e B gera efeito em A), entretanto, apesar de esses efeitos serem objetivos no âmbito externo, eles se transformam em subjetividade na interioridade do ser humano, gerando “Afetos”. Os Afetos, na concepção de Spinoza, são modificações dos corpos que elevam ou diminuem sua “potência de agir”. Segundo essa “dinâmica dos afetos”, quando corpos se encontram, eles produzem “afetos” uns sob os outros, modificando-se a partir desse encontro. Sendo assim, a todo momento estaríamos sob a interferência de outros corpos. Para descrever esse fenômeno, Spinoza disse que nossa mente é “ação” e “paixão”, sendo a ação aquilo que, acompanhada por “ideias adequadas”, consegue produzir por vontade própria e paixão o que, determinado por “ideias inadequadas”, vem da exterioridade e faz a mente padecer (SPINOZA, 2016). Se as coisas não surgem a partir de nossa vontade, então não somos controladores de nossa vida, ou seja, estamos o tempo todo sendo produzidos pela interação entre os corpos, e nosso conhecimento sobre esse processo é extremamente limitado.

Em suma, Spinoza demonstrou que o livre-arbítrio é uma ilusão e nós não somos produtores do nosso destino, mas estamos em constante construção perante a dinâmica dos afetos. Além disso, dentro dessa concepção de “encontro”, Spinoza relativiza valores como “bom”, “belo”, “justo”, rompendo com o caráter transcendente desses conceitos, descaracterizando-os como absolutos.

Dentro do viés epistemológico, Spinoza afirma que temos três gêneros possíveis de conhecimento: um mais imediato, a “consciência sensível”, é caracterizada pela percepção, mediante os órgãos do sentido, rasa e superficial de nossos encontros. O segundo seria a “razão”, o que podemos entender como a análise racional dos encontros, permitida pelas vias epistemológicas geométricas, possibilitando um campo mais amplo e explicativo de conhecimento. E por fim, temos o denominado “conhecimento intuitivo” ou “beatitude”, que é a possibilidade humana de criar algo novo para sua vida, reconhecendo-se como parte de um todo (Deus, Natureza ou

Substância) e desvelando os seus afetos, permitindo à mente agir (DONZELLI, 2016; SPINOZA, 2016). Portanto, segundo essa concepção epistemológica, o homem não é livre nos dois primeiros gêneros de conhecimento, pois no primeiro ele apenas sente os efeitos dos encontros, no segundo ele já consegue descrevê-los e explica-los racionalmente, mas somente no terceiro ele conseguirá agir de maneira a transformar sua vida, pois desvendará a natureza dos seus afetos e paixões, o que caracteriza o caminho para a liberdade.

2.14 David Hume

Representante da corrente empirista britânica, David Hume não segue a tendência utilitarista predominante na atitude filosófica moral dos outros empiristas, tampouco elege a razão como sendo a faculdade prevalecente na elaboração de juízos morais, o escocês atenta-se à dimensão emotiva dos sujeitos para considerar a elaboração dos juízos morais.



Para Hume, todos os indivíduos possuem em sua alma uma “capacidade emotiva”, que lhes permite elogiar e enaltecer determinadas ações e avaliar negativamente e desaprovar

outras. Essa capacidade traduz-se em uma percepção moral que, semelhante à percepção sensorial, apreende as ações de forma imediata, qualificando-as como boas ou ruins, desejáveis ou indesejáveis, dignas de elogio ou de repúdio. Desse modo, quando algum indivíduo age, desperta nos outros essa avaliação realizada não pela razão, mas pela percepção emotiva.

O fundamento da moral de Hume é a motivação. Uma ação virtuosa só pode ser considerada tal quando possuir um motivo virtuoso. Nossa percepção moral consegue apreender os motivos e quando estes são virtuosos, assim nossa percepção os qualifica. Portanto, para o empirista

escocês, a virtude é consequência do motivo virtuoso e a boa ação é originada por um bom motivo (DONZELLI, 2016).

Hume também divide as virtudes em “naturais” e “artificiais”, sendo as primeiras aquelas que recebem aprovação de modo inato na avaliação sob o crivo emocional dos avaliadores e as segundas resultantes das convenções sociais (HUME, 2009).

2.15 Utilitarismo (Jeremy Bentham e John Stuart Mill)

Para os pensadores dessa escola de pensamento britânica, preconizando Jeremy Bentham, James Mill e John Stuart Mill, a virtude identifica-se com a obtenção do prazer e a evitação da dor; esse fundamento fica elucidado na famosa frase de Jeremy Bentham: “o homem é virtuoso e feliz quando, com um minimum de dores, se assegura um maximum de prazeres” (apud Franca S.J., 1967, p.62). Entretanto, para os utilitaristas essa busca pela felicidade e pelo prazer deve ocorrer visando o bem do maior número de pessoas. Uma boa ação deve, sobremaneira, perseguir o bem coletivo, o bem da maioria (como ocorreria em regimes autenticamente democráticos e republicanos igualitários), gerando o maior prazer ao maior contingente de pessoas.

2.16 Iluminismo

Os autores iluministas defendiam a valorização da liberdade e da autonomia individual. O Homem deveria ter autonomia, autodeterminação e liberdade para agir conforme a sua deliberação e a sua razão apontassem. Essa mentalidade liberalista é refletida na esfera política, em que as críticas ao regime monárquico absolutista sustentaram uma proposta republicana e liberalista no âmbito político-econômico. Ademais, as críticas ao dogmatismo clerical cercearam a apologia à razão e ao progresso científico realizado pelos iluministas. No âmbito estritamente moral, os iluministas, em sua grande maioria, aderiram ao utilitarismo.

2.17 Kant

Do mesmo modo que a Razão Teórica Pura seria responsável por estabelecer juízos a priori do conhecimento, ou seja, proposições universais, anteriores à experiência individual e independentes dela, a Razão Prática Pura ficaria incumbida de determinar juízos a priori do comportamento, pautados pelo critério de transcendentalidade do caráter da ação. Dessa maneira, a Razão Prática Pura, assim como a Consciência ou a Subjetividade Transcendental, seria composta por conceitos de “bom” e “ruim” pertencentes a todos os seres racionais, garantido o caráter a priori e independente das circunstâncias individuais (universal) da boa ação. Em Kant, a Lei Moral, determinada pela Razão, determina o conceito de “bom” (KANT, 2015). Vale ressaltar que quando Kant faz referência à “Razão”, ele não está tratando de intelectos individuais, mas sim, de uma estrutura de entendimento indistinta e universal, com a participação de todos os seres racionais.



Kant instaura a noção de dever como condição da moralidade. Discordando da Filosofia Clássica e Helenística dos gregos, Kant afirma que o dever deve estar acima da felicidade, pois a felicidade se assenta sobre a experiência e é impossível estabelecer a ela critérios de universalidade (KANT, 2015). Além do mais, as consequências de uma ação são incontroláveis, o que impossibilita ao Homem

agir de modo a obter resultados prazerosos. Desse modo, o dever fundamenta-se como pressuposto de toda ação racional, impondo-se a ela independente das circunstâncias. No quadro conceitual criado pelo utilitarista Jeremy Bentham, a ética de Kant seria então um sistema “deontológico”, ou seja, fundado nas normas e nos deveres de uma ação considerada em si mesma, não vislumbrando os seus efeitos ou consequências.

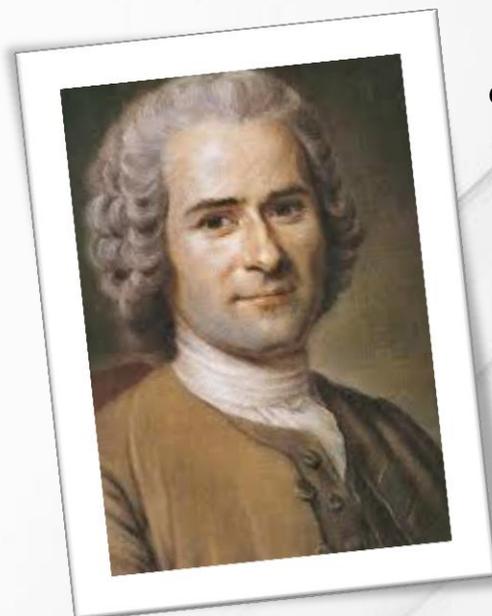
Para Kant, a Razão Prática impõe ao agente imperativos, ou seja, comandos para agir de um determinado modo. Para o filósofo, haveriam dois tipos de imperativos – hipotéticos e categóricos. Os imperativos hipotéticos seriam circunstanciais, condicionados, contingenciais e dirigiriam as ações

dentro de uma proposição hipotética condicional (“se eu agir do modo x, então terei como consequência y”). Sendo assim, os imperativos hipotéticos estariam submetidos a situações individuais específicas. De maneira oposta, os imperativos categóricos seriam universais, incondicionados, incontinentes e estariam submetidos ao fundamento do dever (“devo agir tal como x, independentemente de qualquer consequência”). Desse modo, os imperativos categóricos estariam para o comportamento e para a Razão Prática assim como os juízos sintéticos a priori estariam para o conhecimento e para a Razão Teórica, ou seja, ambos são os direcionamentos universais e essenciais da Razão e do comportamento. Os dois principais imperativos categóricos kantianos são: 1) erigir a sua ação como norma universal – “Age de tal modo que a máxima de tua vontade possa sempre valer ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal” (KANT, 2015, p.63); 2) tomar os homens sempre como fim, nunca como meio (KANT, 2015; DONZELLI, 2016).

Kant trabalha os conceitos de autonomia e heteronomia, sendo a primeira a caracterização daquilo que o homem consegue fazer por deliberação própria, através de um movimento livre de sua razão, e o segundo como tudo que o indivíduo executa por coerção externa, daquilo que ele não próprio criou ou deliberou sobre.

Por fim, Kant distingue os conceitos de “máxima” e “lei”. A máxima é formulada subjetivamente e, por assim ser, sujeita-se ao parecer individual. A Lei, por outro lado, é objetiva e está contida na Razão, impondo-se a todos os seres racionais de modo indistinto, isto é, universal (KANT, 2015).

2.18 Rousseau

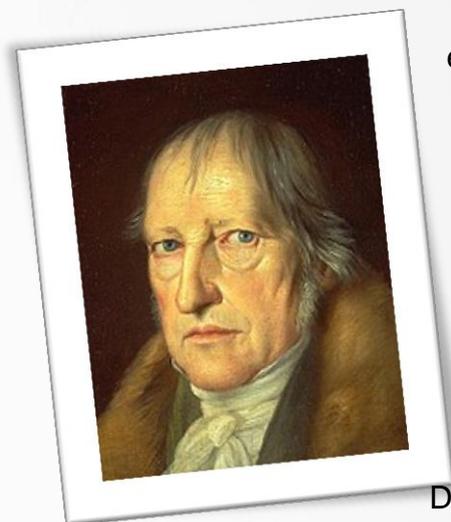


Com a convicção de que o Homem é essencialmente bom, mas a sociedade o corrompe (“Mito do Bom Selvagem”), Rousseau pensa a melhor maneira de agir como a conduta primitiva e sentimental, fora dos preceitos morais criados pela socialização e pela racionalização. Dentre as principais virtudes ressaltadas por Rousseau está aquela que o

autor francês apontou como predominante na natureza humana: a compaixão ou piedade.

Em sua posição ética, Rousseau defende que os atos se justificam pelos sentimentos de quem os comete. Rousseau traz como ideal de sociedade um lugar onde as pessoas deixam de pensar individualmente e começam a pensar no “Bem Comum” - uma sociedade justa, igualitária. Os sentimentos naturais do “bom selvagem”, como a amabilidade, a compaixão, a piedade e a sinceridade deveriam sobressair-se sob os valores arraigados em uma civilização que forjou as desigualdades e as injustiças entre os homens. Para isso, faz-se necessária uma mudança paradigmática na educação, em que a práxis pedagógica deixe de pautar-se por preceitos arraigados pela civilização e permita o desenvolvimento natural e pouco influenciado do educando. O papel do educador é ser um instrutor que permita a liberdade ao educando para que essa possa se desenvolver seguindo a ordem natural (CRESPO, BOTELHO & KRASTANOV, 2016).

2.19 Hegel



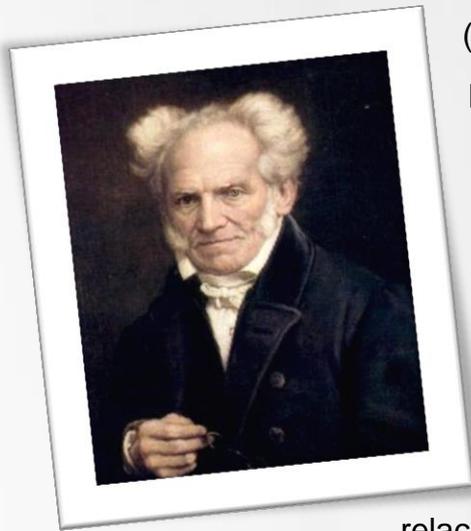
O ideal ético, para Hegel, estaria em um estado livre, um estado de direito que garantisse a liberdade individual das pessoas e as cobrassem por seus deveres. A liberdade se construiria na consciência e nas estruturas, visando essa “tomada de consciência” como fundamental à liberdade. O Estado seria um “harmonizador universal” e funcionaria como garantia de liberdade aos seus indivíduos (VALLS, 2008).

Dentro do movimento dialético, fundamental a todos os âmbitos da filosofia de Hegel, o estado prussiano seria a síntese ou o “espírito absoluto”, fim do movimento dialética da história (RUSSELL, 2013).

2.20 Schopenhauer

O filósofo alemão Arthur Schopenhauer pode ser considerado um dos precursores do pós-modernismo por sua desconfiança na supremacia da

razão sob a existência humana e por inaugurar o debate sobre conceitos fundamentais, como “Vontade” e “Representação”

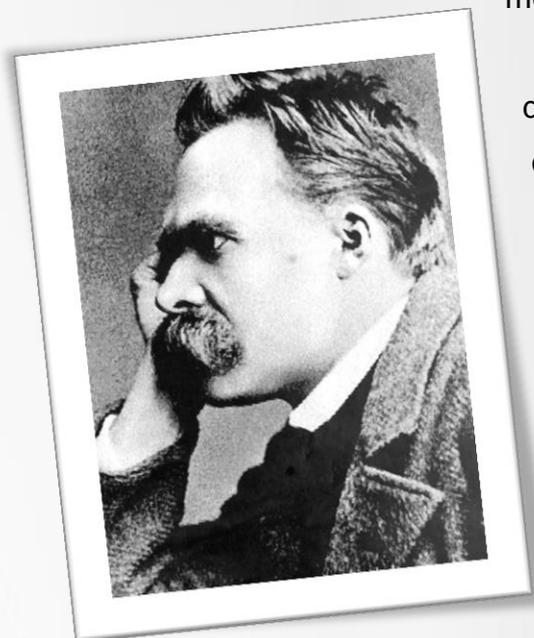


Em seu principal trabalho “O mundo como vontade e representação” (SHOPENHAUER, 2001), o autor enuncia a possibilidade de interpretar o mundo a partir dos dois conceitos componentes do título. A Vontade é a força propulsora de todos os seres, a manifestação de um ímpeto cego, intransponível e ilimitado, não sujeito a categorias como tempo e espaço. No entanto, ao apreender o mundo, o Homem não alcança as expressões da Vontade, mas se relaciona com o objeto mediante uma Representação subjetiva, possibilitada pela percepção do Ego Psíquico. Para Schopenhauer, há pouquíssimas possibilidades ao Homem de entrar em contato com manifestações genuínas e isentas de subjetividade de Vontade, algumas delas são por intermédio das artes, especialmente a música, e do conhecimento genuíno do corpo (RUSSELL, 2013).

A Ética de Schopenhauer inicia-se em um pressuposto pessimista a respeito da existência humana. Para o alemão, a essência do existir é a dor e o sofrimento. Esse sofrimento é gerado pela própria Vontade, uma vez que o desejo egóico individual é insaciável e torna o Homem uma fonte fecunda de fomentação de necessidades. Na ocasião de satisfação dessas necessidades, a etapa seguinte é o tédio, sendo forçoso ao Homem pendular entre esses dois sentimentos: sofrimento e tédio. A solução que Schopenhauer encontra para essa dor de existir é a solução do “Nirvana” budista, ou seja, abdicar da Vontade Individual e perceber-se como participante da Vontade Universal. O Ego Psíquico e todos os seus desejos são, desse modo, suspendidos e o indivíduo passa, então, a perceber a necessidade do Outro como sua também, chegando, enfim, ao fundamento máximo da filosofia moral de Schopenhauer: a compaixão (DONZELLI, 2016).

2.21 Nietzsche

Nietzsche (1844-1900) é um filósofo alemão que veio para desconstruir o constructo de ideias que o pensamento e as sociedades humanas ocidentais haviam criado. Ele criticou os preceitos e os valores morais que a humanidade se baseava.



Nietzsche propõe uma transmutação dos valores tradicionais, questionando os conceitos vigentes na sociedade, como os de “bem e mal”, “bom e ruim”, “belo e feio”, “justo e injusto”.

Nietzsche não procura criar um sistema teórico, sua filosofia serve como um instrumento para questionar as verdades e convicções que as sociedades humanas criaram.

Inspirado pelo Romantismo

Alemão e pela filosofia de Schopenhauer, ele questiona a Razão e valoriza as aspirações do Homem, seus instintos, seus prazeres. Além disso, ele irá questionar essa racionalidade que coloca o ser humano como magnânimo diante do mundo, dominando a natureza e os outros seres humanos, criando diversas regras para reger seu comportamento. A esse desejo de dominação Nietzsche denomina de “Vontade de Potência”. Esse conceito é uma expansão do conceito de “Vontade” forjado por Schopenhauer, no entanto, diferencia-se deste por seu caráter expansivo, ampliativo e sedento por poder. Para o autor, o Universo é regido por “Forças Ativas” e “Forças Reativas”. As Forças Ativas são manifestações de desejo genuínos e possuem existência independentes de qualquer outro objeto. As Forças Reativas, de modo contrário, existem para se opor e contrariar uma Força Ativa, dependendo de tal para seu surgimento. Todos nós somos movidos por forças ativas e reativas, visto que elas sempre surgem juntamente com seu par antagônico. O forte é prevalentemente movido por forças ativas. O fraco é movido por forças reativas. A moral, da forma que conhecemos segundo a tradição, para Nietzsche, é o triunfo das forças reativas sob as ativas.

Na obra “O Nascimento da Tragédia”, Nietzsche questiona essa tentativa humana de organizar o caos, transformar a realidade em algo belo e

ordenado, não aceitando a presença da fatalidade, da desorganização, do acaso e da transitoriedade. Nietzsche representa nosso espírito e nossa existência divididos em duas partes, análogas a dois deuses da Mitologia Grega: Apolo e Dionísio. O “Espírito Apolíneo” é o representante da ordem, da razão, da medida, do equilíbrio, da serenidade e da austeridade. O “Espírito Dionisíaco” representa a emoção, o caos, a desmesura, o excesso, a paixão, o entusiasmo e o transe. Para o filósofo alemão, a realização da existência, manifestada na Tragédia Grega, é a síntese entre esses dois princípios, o da harmonia apolínea e o do êxtase dionisíaco, confluindo numa manifestação que contém aspectos de ambos e realizando-se em potências de vida e de morte.

No concernente ao conhecido conceito de “Niilismo”, em sua forma usual, ele era tido negação de valores transcendentais que funcionam como critérios reguladores da conduta. O niilista de Nietzsche, por sua vez, é aquele que possui valores transcendentais e age de acordo com eles, adorando mundos e entidades que extrapolam o plano da imanência. Para Nietzsche, esse niilista nega o “mundo da vida” e vive na busca de um mundo idealizado (contrário do Niilismo comum). Segundo o autor, “o Homem prefere adorar o Nada a nada adorar” (NIETZSCHE, 2009). O Nada, na concepção do autor, seriam os mundos idealizados e os seres superiores que fazem o Homem negar a vida, o imanente, e adorar o transcendente, como ocorre no Platonismo, no Cristianismo e no Marxismo, em que “Mundo das Ideias”, “Paraíso” e “Sociedade sem classes” são ideais de busca e realização que revelam as falhas e fragilidades do “aqui agora”.

A Filosofia Nietzscheana é muitas vezes chamada de “Filosofia do Martelo”, pois o autor desconstrói modelos ideais e constructos transcendentais que chamou de “Ídolos” - modos de inibição da liberdade de pensamento do ser humano e de escravização de suas vidas em prol da adoração de idealizações.

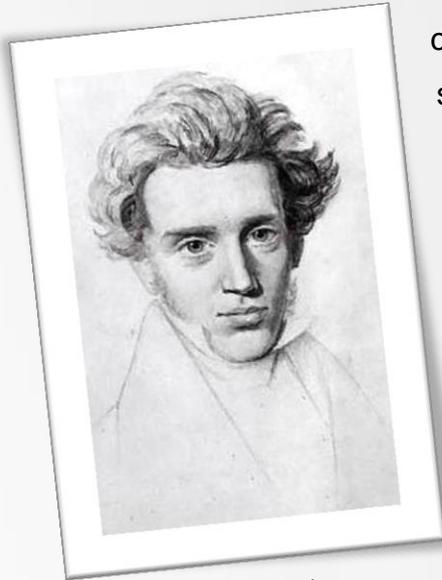
A famigerada e mal compreendida “morte dos deuses” (“Deus está morto”) representa o fim da estrutura religiosa-metafísica do pensamento, modo que se baseava na convicção da superioridade do transcendente sob o imanente. Para Nietzsche, a “morte de Deus” representa o fim do modo religioso de existência ao qual se dedicaram os povos antigos, medievos e modernos. O despontar do Racionalismo e do Cientificismo na

Contemporaneidade delegavam a supremacia a outras formas de conhecer e a sistemas diferentes de crenças que não eram encontrados nos povos precedentes. Não que fosse adepto desse segundo sistema teórico, de modo oposto, Nietzsche também era seu crítico. Para ele, o Racionalismo e as crenças depositadas no Progresso Científico escondiam as profundezas obscuras do espírito humano e suas manifestações mais sinceras, desconsiderando parcela fundamental da existência, fonte inesgotável de criatividade, potência e forças ativas.

A “Moral dos Fracos”, “Moral do Rebanho” ou “Moral dos Servos”, para o filósofo alemão, são valores morais que foram criados por seres humanos fracos, que não conseguiram obter o sucesso e encarar os acasos, a transitoriedade, o devir e caos da vida, e criaram normas para a manutenção do comportamento (triunfo das "forças reativas"). O excesso de racionalidade deixou os homens covardes. Houve uma inversão de valores, em que o “Bom” deixou de ser sinônimo de nobreza, força, poder, enfrentamento, coragem e o Ruim sinônimo de “plebeu, baixo, fraco, resignado, humilde, abnegador” (Pensamento Greco-Romano) e passou a ser ao contrário (Pensamento Judaico-Cristão). Essa inversão deu origem ao sentimento de culpa, em que o Homem já nasce como "pecador", "devedor" a Deus. A Moral, a partir de então, começa a se basear em “Ideais Ascéticos”, ou seja, na renúncia da própria vida, do corpo, de suas aspirações, inclinações e na esperança de um mundo superior (o "Reino de Deus"). Sendo assim, Nietzsche enxerga que o Homem passa a renunciar a própria vida para adorar o nada (Niilismo). Se opondo à Moral dos Fracos, a “Moral dos Senhores” é norteada por valores e princípios ligados à força, à nobreza e à potência dentro de um plano de pura imanência.

O “Super-Homem” ou “Além do Homem” é um modo de existência humana almejada por Nietzsche que haveria superado os valores e princípios morais de fraqueza, abnegação, ascetismo e niilismo, e passaria a existir transcendendo o “Bem e o Mal”, reconhecendo esses conceitos forjados em sua origem por instituições, principalmente religiosas, movidas por forças reativas, impondo essas forças aos valores que fizeram tornar universais. Trata-se, pois, de uma forma de existência pautada por liberdade, potência e criatividade.

2.22 Kierkegaard



Esse autor critica os gregos em sua concepção de que apenas o conhecer o bem é suficiente para que o sujeito aja bem. Para ele, é necessário que se conheça o bem, saiba o que é, mas também saiba o que é mal, e que tome consciência disso, agindo bem por opção, sabendo que teria outras possibilidades. Kierkegaard implementa o conceito de angústia na ética, o que significa que a liberdade de escolha gera angústia no indivíduo, tanto por saber que poderia ter feito diferente, quanto por tomar consciência de que agiu mal sendo que tinha outras

opções.

Kierkegaard elabora uma “Dialética Subjetiva” em oposição à Dialética Objetiva de Hegel. Ao passo que a segunda segue uma tendência lógico-histórica, passando por etapas de construção até chegar a um fim, a Dialética Subjetiva retorna ao exame da existência subjetiva, elaborando três esferas de existência independentes e separadas que se adaptam ao modo como o indivíduo elabora o sentido para sua existência, essas esferas são: “Estética”, “Ética” e “Religiosa”. Por não serem etapas em movimento teleológico, essas esferas podem coexistir (Rosim, Crespo & Krastanov, 2013).

O modo Estético de existir caracteriza-se por sua detenção à experiência imediata, realizando-se pelo prazer, que, apesar de ser condicionado a objetos externos, é encontrado interiormente, sendo sempre um prazer narcísico. Ao passo que o Ético se fundamenta na consciência e na reflexão, fazendo escolhas e renúncias e norteando-se através delas, o Estético atém-se ao imediato, podendo até fazer escolhas, mas alienando-se por seu imediatismo e por sua vontade de prazer. A forma máxima de prazer do Estético é o amor e o seu destino é a sedução (exemplo de Esteta: Don Juan). O fundamento da existência estética, como esfera de existência inferior, é o desespero, a descrença e a melancolia. O Ético, de acordo com

Kierkegaard, demonstra Superioridade diante da sensibilidade imediata do Estético. Nessa esfera, há uma imposição de deveres. O traço marcante da existência ética é a escolha, ato supremo do Homem na filosofia de Kierkegaard, tendo que exercitar esse ato diante de dilemas – “ou-ou”. Escolher dentre várias alternativas e arcar com as consequências dessa escolha é a expressão ética da existência. O Religioso é o grau superior de existência humana (o Estético e o Ético são apenas graus em direção a essa forma perfeita de existência). Ele encontra-se na entrega à vontade divina, realizando-se pela fé. O fundamento da fé é o absurdo – através do absurdo, o Homem é liberto de fazer escolhas, pois seu destino orienta-se pela entrega a Deus, por mais irrazoável que essa entrega pode se aparentar (Rosim, Crespo & Krastanov, 2013).

2.23 Existencialismo

A corrente existencialista de filosofia presume, de modo geral, a liberdade e a autonomia como ideais éticos. O Homem deve ser livre para deliberar sobre suas escolhas, autônomo e responsável por elas. Segundo o filósofo francês Jean-Paul Sartre, é preferível que, por análise reflexiva e autônoma, os indivíduos cheguem a construir seus próprios princípios e valores morais do que aderirem a preceitos de uma moral pronta e predeterminada. Ademais, o existencialismo busca romper com qualquer tipo de determinismo de modo que a liberdade de escolha nunca é completamente desapropriada do sujeito, a deliberação livre é possível não importando as circunstâncias. Essa liberdade de escolha não é de todo positiva, pois ela gera grande angústia, visto que a possibilidade de criar a sua própria condição de existência a partir de suas escolhas e arcar com as consequências geradas por elas é atormentadora.

2.24 Adorno e Horkheimer (Escola de Frankfurt)

Os frankfurtianos criticam o racionalismo exacerbado, em especial a “razão técnica”, que escravizou e tornou o Homem apenas reprodutor, abolindo sua individualidade e desvalorizando-o. A Razão que pretendia solucionar os problemas da humanidade e emancipar o homem, levando-o à “maioridade”

(termo utilizado por Kant), criou formas de organização político-social que privou o ser humano de sua liberdade, além de, por mecanismos inter e intrapsíquicos, como aponta Foucault (2014), transformar o indivíduo o seu próprio carcereiro. A “massificação” (criação de um padrão de igualdade nas manifestações subjetivas), a “ditadura dos meios de comunicação” (dominação ideológica dos veículos de comunicação de massa) e a “indústria cultural” (transformação da cultura em mercadoria) deterioraram a individualidade do ser humano, tirando seus aspectos subjetivos e os transformando em simples organismos repetidores os mesmos comportamentos. A possibilidade de ser livre e autônomo dentro dessa conjuntura estaria, praticamente, extirpada (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

3. Considerações finais

Ao debruçarmo-nos pelas diversas concepções éticas que ganharam relevo na história da filosofia, notamos o quão vasto e diverso é o pensamento sobre a conduta humana. Em cada corrente filosófica, alguns valores são sobrepostos a outros, em algumas situações, cumprindo função antitética de contrariação do desenvolvimento de alguma filosofia moral.

Compreender a história do desenvolvimento do pensamento ético sob a perspectiva filosófica é fundamental para compreender as normas, valores, princípios, proibições e permissões que regem as condutas individuais e sociais dos diversos atores sociais que compõem o todo social.

Os códigos de conduta morais e os valores norteadores da ação do indivíduo frente aos problemas práticos de sua existência são tão vastos quanto à imensidão quase infinita de culturas que ocuparam e ocupam seu lugar em um contexto histórico-social, situado no tempo e no espaço. Vale ressaltar que para algumas correntes filosóficas, como para o Estoicismo, o Tomismo e os adeptos do jusnaturalismo, existem valores naturais que precedem os positivos. Essa é uma perspectiva, no entanto, ela não exclui o universo vasto de valores morais que só podem ser conhecidos em estudos de extrema profundidade filosófica, historiográfica, antropológico, sociológica e de todas as outras disciplinas que puderem contribuir nessa matéria.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento : filosóficos*; tradução, Guido Antonio de Almeida. – Rio de Janeiro : Zahar, 1985.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini – São Paulo : Edipro, 2014. (Série Clássicos Edipro).

Café Filosófico - *O Pensamento de Espinoza*- prof. João Luiz Muzinatti. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GGkeXeKuRkw>. Acesso às 02h45.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo : Ática, 2012.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia : história e grandes temas* – 16. ed. refor. e ampl. – São Paulo : Saraiva, 2006.

CRESPO, L.F. BOTELHO, O.S. KRASTANOV, S.V. *História da filosofia contemporânea I*. – Batatais, SP : Claretiano, 2013.

DESCARTES, René. *O discurso do método e regras para a direção do espírito*. São Paulo : Martin Claret, 2001.

DONZELLI, T. A. *Ética II* / Telma Aparecida Donzelli – Batatais, SP : Claretiano, 2016. 254 p.

EPICURO. *Carta sobre a felicidade: (a Meneceu)* / Epicuro: tradução e apresentação de Álvaro Lorencine e Enzo Del Carrote. – São Paulo: Editora Unesp, 2002.

Especial Nietzsche - Viviane Mosé - Café Filosófico (Exibido dia 29.03.2009). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wszgKT2zS-c>. Acesso no dia 08/07/2016 às 02h40.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

FRANCA, Padre Leonel, S.J. *Noções de História da Filosofia*. 19. ed. Rio de Janeiro : Agir, 1967.

HUME, D. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Trad. Débora Danowski. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009.

KANT, I. *Crítica da razão prática*. Tradução de Valério Rohden. – São Paulo : Folha de São Paulo, 2015. 240 p. ; 24 cm. – (Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento ; v. 8).

KRASTANOV, S. V. *História da filosofia antiga* – Batatais, SP : Claretiano, 2013.

MACHIAVELLI, Nicólo di Bernardo dei. *O Príncipe*.; tradução de Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A Gaia Ciência*. 2. ed. Col. Grandes Obras do Pensamento Universal – 45. Tradução Antonio Carlos Braga. – São Paulo : Escala, ano n/d.

_____. *O Nascimento da Tragédia* (tradução de J. Guinsburg); São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Genealogia da moral : uma polêmica*.; tradução, notas e prefácio Paulo César de Souza. – São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

_____. *O anticristo*.; tradução de Artur Morão. – [Ed. especial]. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2011.

_____. *Assim falava Zaratustra* : um livro para todos e para ninguém. tradução Antonio Carlos Braga. – São Paulo : LaFonte, 2012.

_____. *Crepúsculo do Ídolos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PLATÃO. *A República*. Tradução Pietro Nassetti. Col. A obra prima de cada autor. 2.ed. 5. reimpressão. São Paulo : Martin Claret, 2008.

_____. *Diálogos I: Teeteto (ou Do conhecimento), Sofista (ou Do ser), Protágoras (ou Sofistas)*. Tradução, textos complementares e notas Edson Bini. – Bauru, SP : EDIPRO, 2007.

ROSIM, A.D.; CRESPO, L.F.; KRASTANOV, S.V. *História da filosofia contemporânea II*. – Batatais, SP : Claretiano, 2013.

RUSSELL, Bertrand. *História do pensamento ocidental* : a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein.; tradução Laura Alves e Aurélio Rebello. – [Ed. especial]. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2013.

_____. *História da filosofia ocidental – Livro 1: A filosofia antiga.*; Tradução Hugo Langone – 1. ed. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2015.

_____. *História da filosofia ocidental – Livro 2: A filosofia católica.*; Tradução Hugo Langone – 1. ed. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2015.

_____. *História da filosofia ocidental – Livro 3: A filosofia moderna.*; Tradução Hugo Langone – 1. ed. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2015.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e representação.*; tradução M. F. Sá Correia. – Rio de Janeiro : Contraponto, 2001.

SPINOZA, B. de. *Ética*. [Tradução e notas de Tomaz Tadeu]. – 3. ed., 2. reimp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2016.

VALLS, Á.L.M. *O que é ética*. – São Paulo : Brasiliense, 2008.

VÁSQUEZ, A.S. *Ética*. Tradução de João Dell'Anna. 12. ed. – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1990.